



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Assessoria de Comunicação Social
ascom@tjpe.jus.br
3424-1163/3419-3337-3251

CLIPAGEM
21/05/2014

Material selecionado pela Assessoria de Comunicação Social do TJPE e publicado nos seguintes veículos: **Jornal do Comercio-PE, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco.**

Assunto: Recife terá processo eletrônico em junho	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 21/05/2014
Editoria: Política	Seção: Página 06



Política

TJPE implanta tecnologia nas 34 Varas Cíveis da Capital

Recife terá processo eletrônico em junho

■ **OBJETIVO** do novo sistema é garantir agilidade e melhor acompanhamento dos processos pela Internet

Leo Motta



DESEMBARGADOR Frederico Neves: horário de atendimento será ampliado

A partir do dia 2 de junho, o Recife contará com o Processo Judicial Eletrônico (PJe), um sistema que armazena os processos judiciais eletronicamente, substituindo a forma tradicional que acontece por meio do papel. Inicialmente, as 34 Varas Cíveis da Capital pernambucana receberão a tecnologia e a expectativa do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves, é que a instalação seja feita em todo Estado, até o início de 2016. A cerimônia de inauguração das novas práticas judiciais terá a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal (STJ), o ministro Joaquim Barbosa. Além disso, dentro de dois meses, a carga horária do Judiciário passará a ser das 7h às 19h, inclusive com a presença de juízes.

A proposta do PJe é garantir mais agilidade à prática e ao acompanhamento dos processos. Segundo Frederico Neves, assim como os magistrados, servidores e advogados envolvidos nos trâmites processuais, os cidadãos também terão acesso direto aos seus processos, mas por meio da Internet. "Vamos abolir o papel", ressaltou.

Além da introdução dessas

tecnologias na Justiça de Pernambuco, o desembargador declarou que uma grande meta do é a descentralização do serviço judicial, para que as cidades interioranas possam usufruir com mais eficácia dos seus direitos. "Estamos criando uma Câmara Regional em Caruaru, com duas turmas, e criaremos uma Petrolina, possivelmente em 2015", expôs Frederico Neves, em entrevista à **Rádio Folha FM 96,7**.

Um obstáculo para a descentralização dos serviços ju-

rídicos é a falta de magistrados, mas está prevista a nomeação de 70 para compor o quadro do Judiciário. "No concurso anterior a esse, que ainda está em vigência, foram aprovados 49 juízes, e desses apenas 34 aceitaram ser magistrados em Pernambuco", acrescentou Neves.

Haverá mudanças também no quadro de funcionários do TJPE, com remoções e promoções, que serão resolvidas nos próximos dois meses. Após esse período, serão feitas

Folha resume

A tecnologia também beneficiará os cidadãos recifenses que têm processos na Justiça. A partir do dia 2 de junho, estrará em funcionamento o sistema que permitirá o trâmite de ações nas 34 Varas Cíveis da Capital, modernizando o trabalho do Poder Judiciário. A meta é implantar em todo o Estado até 2016.

Saiba mais

VERBA - O desembargador Frederico Neves está negociando com a Assembleia Legislativa e o Governo um valor mais condizente com as reais necessidades do Judiciário, para ser aprovado no Orçamento de 2015.

modificações na carga horária dos colaboradores, para que duas equipes com servidores e juízes sejam disponibilizadas ao público - uma para o expediente da manhã e outra para a tarde e vai até às 19h.

Para este ano, o TJPE tem um orçamento de R\$ 900 milhões, estando 82% desse valor comprometido com a folha salarial dos funcionários. Atualmente, o Judiciário pernambucano tem dez mil servidores e 408 juízes.

Assunto: Defesa acusa trama política	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 21/05/2014
Editoria: Política	Seção: Página 06



Política

> PONTO FINAL

Defesa acusa trama política

MÁRIO FLÁVIO
Especial para a Folha

CARUARU - Os advogados dos dez vereadores indiciados pela Operação Ponto Final concederam entrevista coletiva para apresentar gravações das escutas realizadas pela Polícia Civil, durante a investigação que culminou com a prisão dos parlamentares em 18 de dezembro de 2013. No entanto, nenhum áudio, vídeo ou imagem foram mostrados. A alegação da defesa foi de que o juiz da 4ª Vara Criminal de Caruaru, Francisco de Assis Moraes Júnior, solicitou um requerimento para decidir se libera ou não a divulgação das informações. O advogado Emerson Leônidas disse que a intenção era mostrar que a Operação Ponto Final não passou de uma trama com fins políticos, que envolve o alto escalão da Prefeitura de Caruaru. Segundo Leônidas, a decisão se o magistrado libera ou não as gravações deve sair nos próximos dez dias.

Na entrevista, o advogado não poupou críticas à condução da Operação Ponto Final. Ele afirmou que houve conluio entre a Prefeitura de Caruaru e a Polícia Civil e várias irregularidades teriam viciado as investigações. "Houve escutas

ambientais promovidas pela Polícia Civil e o secretário de Relações Institucionais sem autorização da Justiça, mais de 20 pessoas com os números de celulares grampeados de forma irregular e outras questões importantes. Todo o material foi produzido por ele (delegado Erick Lessa) mesmo, mas ele não teve coragem de mostrar. O delegado teve a mania que muitos outros têm, quando concluiu o inquérito, ao pensar que já é uma sentença. Tudo feito para aparecer num processo midiático e político. A Polícia foi cúmplice com a Prefeitura. Os atingidos foram os vereadores de oposição e os que tinham alguma discordância com o prefeito (José Queiroz-PDT)", expôs.

Segundo Emerson Leônidas, houve manipulação das gravações liberadas pela Polícia. "Aqueles áudios são edições que foram periciadas por nossa equipe. Todo mundo viu aquela história do Pastor Jadiel, quando ele diz que recebeu dinheiro emprestado, sendo pressionado pelo delegado para dizer o que não fez. A parte que ele revela isso foi retirada. O intuito dessa investigação foi evitar a criação de uma CPI para mostrar vários problemas na Secretaria de Educação.

Aguinaldo Lima



ADVOGADO criticou a condução da operação policial

Assunto: Juiz e delegado contra-argumentam	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 21/05/2014
Editoria: Programa	Seção: Coluna Persona Página 02



Política

Juiz e delegado contra-argumentam

CARUARU - O juiz Francisco de Assis explicou a decisão de analisar as gravações com os envolvidos na Operação Ponto Final, garantindo que o mesmo critério foi adotado para liberar os áudios e vídeos da acusação. "As 700 horas de gravações são sigilosas e existem partes que não interessam ao processo. No caso da acusação fiz isso. Depois que houve o requerimento, analisamos as gravações e liberamos. O mesmo será feito agora. O que for de interesse público poderá ser divulgado", disse.

Já o delegado responsável pelo caso, Erick Lessa, afirmou que o trabalho da Polícia é fruto de uma ação conjunta com Judiciário e Ministério Público. Ele também admitiu que houve edição das gravações, até pela quantidade de informações. "Claro que foi uma edição. Como não iríamos editar 700 horas de gravação? Eu confio no trabalho de inteligência da Polícia e gostaria de frisar que o nosso trabalho foi corroborado com sete promotores, quatro juízes e três delegados", argumentou.

Assunto: Melhoramentos	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 21/05/2014
Editoria: Política	Seção: Coluna Diário Político -Página B2

DIÁRIO de PERNAMBUCO



diário
político
por marisa gibson

marisagibson.pe@dabr.com.br
diariodepernambuco.com.br

Melhoramentos

O ministro Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, confirmou presença no Recife no dia 2 de junho próximo, informa o presidente do Tribunal de Justiça, Frederico Neves. O ministro vem implementar melhoramentos introduzidos nas 34 varas cíveis, dentro de plano de atividades da atual gestão do tribunal.



NELSON JR./SCO/STF

Assunto: Áudios só após dez dias	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 21/05/2014
Editoria: Política	Seção: Página B4

DIÁRIO de PERNAMBUCO

POLÍTICA

CARUARU

Áudios só após dez dias



JULIO JACOBINA/DP/D.A. PRESS

Leônidas espera por liberação da Justiça

LARISSA RODRIGUES

larissarodrigues.pe@dabr.com.br

Caruaru - As tão esperadas gravações da Operação Ponto Final, realizada pela Polícia Civil em Caruaru, no fim do ano passado, só serão reveladas dentro de aproximadamente dez dias. Os advogados de defesa dos vereadores acusados de corrupção e organização criminosa no caso tinham prometido exibir, ontem, em coletiva de imprensa, parte dos áudios que, segundo eles, comprometeriam a polícia, membros do Judiciário e Executivo municipal.

Porém, de acordo com um dos defensores Emerson Leônidas, os arquivos não foram expostos devido a uma conversa entre a defesa e o juiz do

caso, Francisco Assis de Moraes Junior, que teria sugerido não divulgar os áudios neste momento. Os arquivos fazem parte das 700 horas de gravação obtidas pela Polícia Civil.

O juiz Francisco Assis explicou que a íntegra dos arquivos é sigilosa, pois há conteúdo de cunho pessoal dos acusados que não interessam ao processo. Segundo Assis, o que foi divulgado pela acusação no início da operação eram informações de interesse público.

Para que os áudios que interessam à defesa sejam divulgados foi preciso que os advogados solicitassem a liberação ao juiz por meio de requerimento. O documento foi entregue na última segunda-feira ao magistrado. "Nesse prazo de dez dias será feito um filtro e se as conversas tiverem relação com o processo a publicação será autorizada", garantiu Assis.

Gravações

Leônidas disse ser de "fundamental importância divulgar os áudios porque o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) está sendo omissivo na análise das 700 horas gravadas, onde há crimes gravíssimos não denunciados". O advogado classificou o trabalho do delegado responsável pelo caso, Erick Lessa, como "horroroso".

"Só divulgaram as partes que interessam a acusação. São edições que devem ser periciadas", disparou. Erick Lessa rebateu alegando que seu trabalho foi corroborado por sete promotores, quatro juízes e dois delegados assistentes. O MPPE só vai se pronunciar sobre o caso hoje.

Assunto: Sobre erro judiciário	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 21/05/2014
Editoria: Opinião	Seção: Página A8

DIÁRIO de PERNAMBUCO

OPINIÃO

Sobre o erro judiciário

ROQUE DE BRITO ALVES
PROFESSOR
dudabritto@hotmail.com

1 - O recente caso em nosso Estado do mecânico Marcos Mariano da Silva que passou grande parte de sua vida preso injustamente, faz renascer o problema do erro judiciário.

Em verdade, através dos tempos, em várias nações, muitas vítimas inocentes de erros judiciários sofreram a pena de morte ou longos anos nas penitenciárias devido á condenações baseadas nos indícios, na denominada prova indireta ou indiciária. Prova que por sua própria natureza nunca pode gerar a certeza da autoria ou de cul-

pabilidade - somente probabilidade em tal sentido - que é indispensável para legitimar uma sentença condenatória em um Estado Democrático de Direito, e atualmente princípio universal consagrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948.

2 - Em nossa compreensão, os erros judiciários oriundos dos indícios resultaram mais de uma falsa, enganosa, apressada ou defeituosa interpretação do que da sua existência. Em segundo lugar, os denominados indícios psicológicos particularmente foram as maiores causas de tais erros através de uma interpretação subjetiva do julgador com

o uso de dedução, de simples impressão, de hipóteses arbitrarias que se aplicavam logo ao caso como solução definitiva, substituindo o que realmente faltava na prova ou como prova. Assim, uma percepção ou interpretação muito subjetiva do julgador pode resultar em uma prova falsa, ilusória.

3 - Como exemplos de erros judiciários famosos, em nosso país o de Mota Coqueiro, executado no século 19 sendo inocente o que se comprovou posteriormente, o Capitão Dreyfus, França, também no século 19, condenado por traição com base em indício falso; e ultimamente nos Estados Unidos e no Japão condenados à pena de morte, com longos anos nas penitenciárias e que foi comprovado sobretudo pelo exame de DNA que eram inocentes tendo sido soltos.

Assunto: Cada um no seu canto que chore o seu pranto	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 21/05/2014
Editoria: Opinião	Seção: Página A8

DIÁRIO de PERNAMBUCO

OPINIÃO

Cada um no seu canto que chore o seu pranto!

EMMANUEL PLACIDO
CORONEL RRPM
eplacidoadvogado@gmail.com

A Instituição Polícia Militar, a despeito da reprovável conduta de alguns dos seus integrantes, é uma instituição séria e merecedora de reconhecimento e de apoio social e político pelos relevantes serviços presta a sociedade pernambucana. Desprestigiá-la e desmoralizá-la se configura em grave equívoco e um desserviço ao Povo Pernambucano! A polícia, seja ela civil ou militar, é um remédio amargo para uma doença social.

O ideal seria uma sociedade onde a existência da polícia fosse algo dispensável, na qual as políticas públicas de saúde,

educação, emprego e renda, justiça social etc. fosse de tal ordem que as pessoas pudessem conviver na mais perfeita harmonia. Infelizmente não é assim que acontece... O ideal também seria que tivéssemos uma polícia talvez uma PM onipresente, onisciente, mal remunerada, desarmada, desprestigiada, despreparada, desaparelhada atuando e sendo tratada apenas como "pau mandado" que, praticamente, funcionasse a custo zero e que prevenisse a toda e qualquer ocorrência criminosa, livrando a sociedade do lixo social que ela produz. Infelizmente não é assim que acontece...

O crime não é apenas uma questão de polícia, muito menos uma questão apenas de Polícia Militar, existe sim

uma grande corrente que integra o sistema de proteção da sociedade da qual inclusive o poder judiciário faz parte. A PM quando prende alguém é porque algum elo da corrente de defesa social já falhou antes para que fosse necessária a sua atuação. Depois disso, o trabalho do estado continua através dos demais elos da corrente – polícia civil – ministério público – poder judiciário – sistema penitenciário etc. Portanto, qualquer fragilidade ou incompetência em qualquer dos elos da corrente do sistema de defesa social anteriores ou posteriores a atuação da Polícia Militar, afeta a segurança pública como um todo. Veja-se, por exemplo, a avalanche de saques e assaltos praticados no curto período de paralisação da PM. Não seria isso um sintoma se que existem vários elos do sistema de defesa social cujas atividades antecedem a atuação da PM que estão falhando? Cada um no seu canto que chore o seu pranto!

Assunto: **Muito barulho por nada em Caruaru**

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 21/05/2014

Editoria: Política

Seção: Página 05

jornal do  **commercio**

política

Muito barulho por nada em Caruaru

CORRUPÇÃO Entrevista coletiva convocada pelos vereadores envolvidos na Operação Ponto Final se transforma em trapalhada e em show de acusações sem provas concretas

Jumariana Oliveira

joliveira@jc.com.br

Muitas acusações e nenhuma prova concreta. Esse foi o resultado da coletiva de imprensa concedida na manhã de ontem pelo grupo de seis advogados que defendem dez vereadores de Caruaru investigados na Operação Ponto Final, que resultou em prisões no final do ano passado. Em pouco mais de um hora de entrevista, a defesa acusou a Polícia Civil de Pernambuco, representantes do Judiciário e do Executivo municipal de montarem uma “trama sórdida” para incriminar os parlamentares. Os advogados pretendiam mostrar as gravações feitas pela própria Polícia para provar o envolvimento das instituições.

Segundo o advogado Emerson Leônidas, o material apresentado pelo delegado responsável pelas investigações, Erick Lessa, revela apenas um lado do caso. De acordo com ele, as gravações foram editadas e, dessa forma, apresentam informações distorcidas. O advogado ainda disse que o trabalho desempenhado pela Polícia Civil “foi horroroso”. A defesa alegou que as gravações não foram disponibilizadas porque o juiz da 4ª Vara da Fazenda,



CRÍTICAS Para Leônidas, trabalho da Polícia foi “horroroso”

Francisco Assis, que é responsável pelo caso, orientou o grupo a pedir autorização judicial para liberar o material. A expectativa é de que a análise do pedido seja feita em dez dias.

Um dos questionamentos é que na decisão do juiz Pierre Souto Maior, que substituiu Francisco Assis em janeiro deste ano, a quebra de sigilo foi concedida apenas ao material reduzido que, segundo os advo-

gados, foi editado pelos policiais civis com o intuito de responsabilizar os vereadores. Ele citou como exemplo o caso do pastor Jadiel (PROS), que em uma das gravações revela ter recebido R\$ 30 mil como forma de empréstimo. Segundo ele, o vereador foi conduzido pelo delegado a dar a declaração.

“Houve uma manobra política da Prefeitura com a Polícia

para acabar com a oposição. Fizemos essa edição no sentido de mostrar que houve uma armação”, disse Leônidas. O advogado ainda acusou o juiz Pierre Souto Maior de agir com parcialidade na análise do caso, já que ele teria decretado prisões imediatas de alguns vereadores.

OUTRO LADO

Procurados pela reportagem, o delegado Erick Lessa e o juiz Pierre Souto Maior demonstraram afinidade nas respostas às acusações feitas pelos advogados. “Todo meu trabalho foi corroborado por sete promotores e quatro juizes de diferentes varas. Se houve um trabalho horroroso, foi corroborado por eles”, afirmou Lessa. Pierre Souto também alegou que as decisões foram em concordância com o Ministério Público e outros membros do Judiciário. Ele ainda destacou que a defesa não pediu a liberação do conteúdo gravado anteriormente, como foi no caso do material solicitado pelo delegado. Já o juiz Francisco Assis destacou o sigilo das gravações já estavam na decisão de Pierre Souto. Ele ainda afirmou que na comprovação de um possível envolvimento de Erick Lessa, o delegado poderá responder judicialmente.

Bobby Fabiana/JC Imagem

Assunto: Fora do ar	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 21/05/2014
Editoria: Opinião	Página: 08

Fora do ar

Arthur Carvalho

Vou a uma audiência em Ipojuca e preciso examinar e tirar cópia de um processo para apelar da decisão. A funcionária do cartório informa que o sistema está fora do ar, mas pode voltar a qualquer momento. Vou a outra vara e, três horas depois, entro no cartório onde ia xerocar os autos – e o sistema ainda não tinha voltado.

Terminada a audiência, regresso a Recife. Poucos quilômetros adiante, recebo telefonema de advogado do Rio de Janeiro pedindo para nosso escritório interpor agravo combatendo despacho desfavorável a seu cliente. Para tanto, eu teria que passar no fórum do Cabo e pegar a documentação necessária à instrumentalização do recurso.

Chegando no Cabo, pedi a papelada à Chefe de Secretaria do Juízo, tendo ela me informado que não podia me atender porque o sistema estava fora do ar. Como justificar ao patrono que me telefonou que iríamos perder o prazo do agravo porque o sistema estava fora do ar? É como ele daria a notícia ao seu cliente? Disse então à servidora que quando tive um problema igual àquele, recentemente, o desembargador Jovaldo Nunes, então presidente do Tribunal de Justiça, tomou as medidas necessárias para a subida de minha petição em tempo hábil. A distinta senhora resolveu o pepino.

No dia seguinte, 15, fui ao banco efetuar pagamentos e sacar pequena quantia. Peguei a senha preferencial com apenas um idoso na minha frente, mas depois de 30 minutos de espera ainda não tinha sido atendido. Reclamei ao gerente, ele balbuciou que o sistema estava fora do ar. Perguntei quem assumiria os juros e as multas que recairiam sobre as contas se elas não fossem pagas até aquela data, calou-se. Vai que de repente a chamada instituição de crédito(!) entra em greve, e eu tenho que incomodar o atarefado ministro da Justiça. Se o sistema “cai”, devemos apelar pra quem, meu Deus?

Embarco no elevador do Edifício São Cristóvão e encontro três passageiros, cada um absorto (gostou, Óg?), operando seu tablet, e me lembro de Joseph Conrad: “Além da linha do horizonte marinho, o mundo para mim não existia mais, assim como não existe para os místicos que se refugiam no topo de altas montanhas”. Quando esses tableteiros estão futucando seus aparelhos, não sobra espaço para apreciar o verde do canavial, o canto dos pássaros, o azul do mar. Penso estarmos caminhando inexoravelmente para a sólida construção de uma sociedade de energúmenos. Afinal, quem está fora do ar, o “sistema” ou o homem.

✉ **Arthur Carvalho**, jornalista e advogado, é da Associação Brasileira de Imprensa – ABI

Assunto: Ideias pertinentes	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 21/05/2014
Editoria: Voz do Leitor	Página: 09

jornal do  commercio

voz do leitor

Ideias pertinentes

Sou leitor do **Jornal do Commercio** há vários anos e gostaria de parabenizar o juiz Adeildo Nunes pelo excelente artigo intitulado “Pena de morte”, publicado no dia 17 de maio no caderno Opinião JC. Só uma mente iluminada como a do excelentíssimo juiz poderia produzir ideias tão pertinentes quanto aquelas. Parabéns.

☞ **Sebastião de Moura -**
sebastian_moura@hotmail.com

Assunto: Mulher é presa ao tentar entrar com celulares, carregadores e chips em prisão	
Veículo: JC Online	Data: 20/05/2014
Editoria: Cidades	

jornal do commercio

CARUARU

Mulher é presa ao tentar entrar com celulares, carregadores e chips em prisão

Luana Lúcia da Silva tentou entrar com o material dentro da vagina na Penitenciária Juiz Plácido de Souza

Publicado em 20/05/2014, às 16h38

Do JC Online



Foto: Reprodução/TV Jornal

Uma mulher foi detida em Caruaru, Agreste pernambucano, ao tentar entrar na Penitenciária Juiz Plácido de Souza escondendo dois celulares, dois carregadores e 100 chips na vagina. Luana Lúcia da Silva, 26 anos, foi visitar o marido quando tentou entrar com o material.

Luana informou a polícia que levava os telefones, carregadores e chips para o companheiro, Anderson Lourenço da Silva, preso por assalto. De acordo com a polícia, os chips seriam vendidos, provavelmente, pelo valor de R\$ 30 (Luana comprou a R\$ 10) e cada celular seria R\$ 500.

A mulher juntou o material durante três meses. Luana foi detida quando agentes penitenciárias faziam a revista nela. Ela foi levada ao Presídio feminino de Buíque, no Sertão do Estado.

Assunto: Vereadores de Caruaru suspeitos de corrupção convocam imprensa, mas não apresentam provas Grupo disse que tinha provas da inocência, mas não apresentou provas	
Veículo: JC Online	Data: 20/05/2014
Editoria: Política	



PRISÕES EM CARUARU

Vereadores de Caruaru suspeitos de corrupção convocam imprensa, mas não apresentam provas Grupo disse que tinha provas da inocência, mas não apresentou provas

Publicado em 20/05/2014, às 11h56

Do JC Online

Com informações da repórter Jumariana Oliveira

Estava tudo pronto. Na semana passada, um grupo de vereadores de Caruaru, suspeitos de corrupção na cidade, convocou a imprensa para apresentar "uma bomba" que iria esclarecer o motivo da prisão (segundo eles, ilegal e infudada), em 2013. A reunião foi marcada para esta terça-feira. Na hora de apresentar as tais provas, entretanto, os advogados dos vereadores acusaram a Polícia Civil de agir de forma errada com os parlamentares, assim como a justiça e o poder executivo da cidade. Mas prova, que é bom, nada. Nenhuma.

Assunto: Polícias de Pernambuco não aderem à mobilização nacional	
Veículo: NE10 Online	Data: 20/05/2014
Editoria: Cotidiano	



GRANDE RECIFE // MOBILIZAÇÃO

Polícias de Pernambuco não aderem à mobilização nacional

Publicado em 20.05.2014, às 15h31

Do NE10

Os policiais Cíveis, Militares, Federais e Rodoviários de Pernambuco não vão aderir à mobilização nacional das polícias marcada para esta quarta-feira (21) em alguns estados do País. O Sindicato dos Policiais Cíveis de Pernambuco (Simpol) disse que a categoria vai trabalhar normalmente e informou que não recebeu comunicado da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis (Cobrapol), que organiza o ato em outros estados.

Apesar de não aderir oficialmente ao movimento, um grupo que faz oposição ao sindicato promete fazer uma passeata no Recife nesta quarta-feira (22). A passeata é organizada pelo Movimento de Mudança e pela União dos Escrivães de Polícia de Pernambuco (Uneppe). A concentração está marcada para as 15h, na Praça Oswaldo Cruz, Boa Vista. Eles pretendem seguir em direção ao Palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual.

A Polícia Militar também vai trabalhar normalmente. Além dos PMs, Pernambuco está com o reforço nas ruas com a presença de 2.250 militares do Exército.

Polícia Federal - O Sindicato dos Policiais Federais no Estado de Pernambuco (Sinpef-PE) informou que não vai aderir à paralisação nacional. O Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais de Pernambuco (SINPRF-PE) decidiu, em assembleia, apoiar o movimento, porém não irá paralisar as atividades nesta quarta.

Assunto: Processo Judicial Eletrônico será instalado nas varas cíveis do Recife	
Veículo: Folhape	Data: 21/05/2014
Editoria: Política	



Processo Judicial Eletrônico será instalado nas varas cíveis do Recife

Segundo o presidente do TJPE, Frederico Neves, a medida visa agilizar as atividades no judiciário local

20/05/2014 14:37 - Tauan Saturnino, especial para o Blog da Folha

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Frederico Neves, afirmou nesta terça-feira (20) que espera a visita do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, no próximo dia 2 de junho, para a solenidade de instalação do processo judicial eletrônico nas 34 varas cíveis do Recife.

Em entrevista à **Rádio Folha FM 96,7**, Neves disse que a medida visa agilizar as atividades no judiciário local, pois as varas cíveis são as que apresentam maior volume de processos. O presidente afirmou estar trabalhando para que, até o fim do seu mandato, seja possível instalar o processo judicial eletrônico em todo o estado.

“Quando assumi a presidência no dia 6 de fevereiro, assumi o compromisso de instalar no estado o processo judicial eletrônico que já foi implantado nos juizados especiais. Agora, nós estamos expandindo e já existe uma data marcada, 2 de junho, para a instalação do processo judicial eletrônico nas 34 varas cíveis da capital do estado. Contaremos, se Deus quiser, com a participação do ministro Joaquim Barbosa. As varas cíveis recebem um maior número de processos e precisamos começar por elas. Entretanto, evidentemente que haverá a prossecução deste trabalho e até o final do meu mandato tenho fé de que o processo judicial eletrônico esteja em funcionamento em todo o estado”, comentou.

Assunto: Defesa acusa trama política	
Veículo: Folhape	Data: 21/05/2014
Editoria: Política	



Defesa acusa trama política

Advogado criticou a condução da operação policial

21/05/2014 08:57 - Mário Flávio, especial para a Folha de Pernambuco

CARUARU – Os advogados dos dez vereadores indiciados pela Operação Ponto Final concederam entrevista coletiva para apresentar gravações das escutas realizadas pela Polícia Civil, durante a investigação que culminou com a prisão dos parlamentares em 18 de dezembro de 2013. No entanto, nenhum áudio, vídeo ou imagem foram mostrados. A alegação da defesa foi de que o juiz da 4ª Vara Criminal de Caruaru, Francisco de Assis Moraes Júnior, solicitou um requerimento para decidir se libera ou não a divulgação das informações. O advogado Emerson Leônidas disse que a intenção era mostrar que a Operação Ponto Final não passou de uma trama com fins políticos, que envolve o alto escalão da Prefeitura de Caruaru. Segundo Leônidas, a decisão se o magistrado libera ou não as gravações deve sair nos próximos dez dias.

Na entrevista, o advogado não poupou críticas à condução da Operação Ponto Final. Ele afirmou que houve conluio entre a Prefeitura de Caruaru e a Polícia Civil e várias irregularidades teriam viciado as investigações. “Houve escutas ambientais promovidas pela Polícia Civil e o secretário de Relações Institucionais sem autorização da Justiça, mais de 20 pessoas com os números de celulares grampeados de forma irregular e outras questões importantes. Todo o material foi produzido por ele (delegado Erick Lessa) mesmo, mas ele não teve coragem de mostrar. O delegado teve a mania que muitos outros têm, quando concluiu o inquérito, ao pensar que já é uma sentença. Tudo feito para aparecer num processo midiático e político. A Polícia foi cúmplice com a Prefeitura. Os atingidos foram os vereadores de oposição e os que tinham alguma discordância com o prefeito (José Queiroz-PDT)”, expôs.

Segundo Emerson Leônidas, houve manipulação das gravações liberadas pela Polícia. “Aqueles áudios são edições que foram periciadas por nossa equipe. Todo mundo viu aquela história do Pastor Jadiel, quando ele diz que recebeu dinheiro emprestado, sendo pressionado pelo delegado para dizer o que não fez. A parte que ele revela isso foi retirada. O intuito dessa investigação foi evitar a criação de uma CPI para mostrar vários problemas na Secretaria de Educação.

Assunto: Juiz e delegado contra-argumentam	
Veículo: Folhape	Data: 21/05/2014
Editoria: Política	



Juiz e delegado contra-argumentam

Delegado Erick Lessa afirmou que o trabalho da Polícia é fruto de ação conjunta com Judiciário e Ministério Público

21/05/2014 08:59 - Mário Flávio, especial para a Folha de Pernambuco

CARUARU – O juiz Francisco de Assis explicou a decisão de analisar as gravações com os envolvidos na Operação Ponto Final, garantindo que o mesmo critério foi adotado para liberar os áudios e vídeos da acusação. “As 700 horas de gravações são sigilosas e existem partes que não interessam ao processo. No caso da acusação fiz isso. Depois que houve o requerimento, analisamos as gravações e liberamos. O mesmo será feito agora. O que for de interesse público poderá ser divulgado”, disse.

Já o delegado responsável pelo caso, Erick Lessa, afirmou que o trabalho da Polícia é fruto de uma ação conjunta com Judiciário e Ministério Público. Ele também admitiu que houve edição das gravações, até pela quantidade de informações. “Claro que foi uma edição. Como não iríamos editar 700 horas de gravação? Eu confio no trabalho de inteligência da Polícia e gostaria de frisar que o nosso trabalho foi corroborado com sete promotores, quatro juízes e três delegados”, argumentou.